



## Plenário aprova urgência para 4 projetos da reforma política

Nova eleição em caso de cassação, normas para acesso ao Fundo Partidário e regras para a propaganda eleitoral em rádio e TV foram aprovadas ontem pela comissão temporária que analisa o tema. O quarto projeto, referente a coligações, havia sido votado pelo colegiado no dia 1º

Jefferson Rudy/Agência Senado



**P**odem ser votados amanhã em Plenário quatro projetos aprovados pela Comissão Temporária da Reforma Política. As propostas, na ordem do dia em regime de urgência, tratam da restrição à propaganda partidária e ao Fundo Partidário, da realização de novas eleições no caso de perda de mandato em cargos majoritários e da

mudança de regras para coligações nas eleições proporcionais.

O presidente da comissão, senador Jorge Viana, disse que as sugestões ajudam a clarear as eleições e fortalecem os partidos, além de darem satisfação à sociedade. Hoje o colegiado volta a se reunir para discutir proposta de redução do custo das campanhas eleitorais. **5**

Renan Calheiros (C) coordena a sessão que aprovou regime de urgência para as propostas aprovadas pela comissão temporária, presidida por Jorge Viana (D)

### Bancos dizem que vão repassar aos clientes aumento de alíquota

Serão repassados aos clientes, por meio de aumento de tarifas, os custos gerados pela medida provisória que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido

das instituições. A informação foi dada pelo presidente da Federação Brasileira de Bancos, Murilo Portugal Filho, em audiência da comissão mista que analisa o assunto. **9**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Relatora da medida provisória, Gleisi Hoffmann debate a nova alíquota

### Próxima semana terá votações de segunda a sexta

Decisão da Mesa, anunciada por Renan Calheiros em Plenário, prevê esforço concentrado entre 13 e 17 de julho, semana que antecede o recesso parlamentar (18 a 31 de julho), para analisar projetos do pacto federativo, da reforma política e medidas provisórias, além da Lei de Diretrizes Orçamentárias. **3**

### Comissão chama ministro para falar sobre "pedaladas"

A Comissão de Assuntos Econômicos enviou convites para que o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, e o presidente do Tribunal de Contas da União, Aroldo Cedraz, falem sobre os artifícios contábeis que permitiram ao governo fechar as contas em 2013 e 2014. **10**

### Três colegiados definem emendas à LDO de 2016

As Comissões de Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia e de Assuntos Econômicos aprovaram ontem relatórios em que fixam prioridades ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016. Emendas sugerem análise de impacto da lei sobre a economia e preferência para ações voltadas às crianças. **12**

### Ministério quer que fraude em comércio de prótese se torne estelionato **7**

### Grupo vai sugerir mudanças em órgão de recursos da Previdência **11**

### Será investigada autoria de adesivo com ofensa a Dilma Rousseff **4**

### Senado escolhe seis mulheres que receberão Comenda Dorina Nowill **2**



Comissão reuniu especialistas para debater medidas para melhorar a velocidade e o acesso à internet rápida no país

### Governo assegura investimento em banda larga no Norte

Programa Banda Larga para Todos quer mudar a realidade da internet no Brasil até 2018. Um dos objetivos é passar a velocidade média dos atuais 5 Mbps para 25 Mbps e atingir 300 milhões de conexões móveis

e fixas — hoje são 197 milhões. Senadores, porém, cobraram investimentos no Norte, região com acesso e velocidade mais precários. Governo disse que setor é estratégico e que recursos estão assegurados. **8**

Edilson Rodrigues/Agência Senado

# Senado anuncia nomes para prêmio por ações de inclusão

Seis mulheres serão homenageadas pelo trabalho em defesa das pessoas com deficiência. Comenda Dorina Nowill, que está na 1ª edição, será entregue em setembro, durante sessão especial no Plenário

OS SENADORES DO Conselho da Comenda Dorina Gouvêa Nowill escolheram ontem as homenageadas por sua contribuição à causa das pessoas com deficiência. A premiação será em 24 de setembro numa sessão especial no Senado.

Entre as seis premiadas com a comenda, estão a deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP) e a jornalista Solange Calmon, da TV Senado (veja lista completa no quadro abaixo).

Elas foram selecionadas a partir de 14 indicações feitas pelos senadores. Pelas regras, devem ser escolhidas cinco homenageadas por ano, mas foi aberta uma exceção devido a um empate.

— Nossa intenção é dar um espaço especial e revelar para o país a luta em defesa das pessoas com deficiência e as que se destacaram nessa luta, algo que passa por grande



Cristovam, Lídice, Romário e Elmano participam da escolha das homenageadas

invisibilidade na sociedade — disse Lídice da Mata (PSB-BA), idealizadora da comenda. Ela foi eleita presidente do conselho neste ano, com Romário (PSB-RJ) como vice.

O conselho decidiu homenagear postumamente a própria Dorina Nowill, que dá nome à premiação. Ela criou a Fundação Dorina Nowill, voltada para ajudar deficientes visuais.

Também integram o conse-

lho da comenda Ana Amélia (PP-RS), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Cristovam Buarque (PDT-DF), Eduardo Amorim (PSC-SE), Elmano Férrer (PTB-PI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), José Agripino (DEM-RN), José Medeiros (PPS-MT), Lindbergh Farias (PT-RJ), Magno Malta (PR-ES), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Otto Alencar (PSD-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

## As homenageadas

### ARACY MARIA DE SILVA LÊDO

Formada em sociologia, foi secretária municipal de Acessibilidade e Inclusão Social de Porto Alegre, presidente da Federação das Apaes do Rio Grande do Sul e presidente da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas para Pessoas Portadoras de Deficiência do Rio Grande do Sul.

### LONI ELISETE MANICA

É servidora do Senado. Foi responsável pelo planejamento e disseminação do Programa Senai de Ações Inclusivas, que visava preparar alunos com deficiência no mercado de trabalho.

### MARA GABRILLI

É deputada federal. Foi a primeira titular da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo e relatora do projeto que criou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

### ROSEANE CAVALCANTE DE FREITAS (ROSINHA DA ADEFAL)

Formada em direito, é servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho em Alagoas. Aos 2 anos de idade, foi acometida por poliomielite, que lhe retirou a mobilidade das pernas.

### SOLANGE SOTELO PINHEIRO CALMON

Servidora do Senado, criou, produz, dirige e apresenta o programa *Inclusão*, da TV Senado, desde 2005, no qual aborda temas pertinentes aos direitos da pessoa com deficiência e direitos humanos.

### MARIA LUIZA COSTA CÂMERA

Bacharel em biblioteconomia e documentação, foi integrante do Comitê Internacional de Mulheres com Deficiência e tem experiência em projetos de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho na Bahia.

## Aprovada proteção a patrimônio de novo cônjuge

Foi sancionada na segunda-feira a proteção ao patrimônio do novo cônjuge ou companheiro de devedor de pensão alimentícia. A mudança (PLS 273/2005) foi proposta por José Maranhão (PMDB-PB).

O texto modifica a Lei 8.009/1990, que traz as hipó-

teses de impenhorabilidade do imóvel residencial do casal. Entre as exceções, estão os casos de dívidas alimentícias, ou seja, de valores referentes a pagamento de pensão.

A alteração na lei consolida entendimento dos tribunais para proteger o novo cônjuge

do devedor. Disse o último relator do projeto, deputado Betinho Gomes (PSDB-PE):

— Ficaré resguardada a parcela da alienação judicial relativa à parte do bem que caiba ao devedor, mas não à outra parte, que cabe ao novo cônjuge.

## Nova lei endurece a pena de crime cometido contra policiais

Foi sancionada na segunda-feira a Lei 13.142/2015, que agrava as penas para os crimes de homicídio e lesão corporal praticados contra policiais, bombeiros e integrantes das Forças Armadas, da Força Nacional de Segurança e do sistema prisional.

A lei é oriunda do PLC 19/2015, do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), aprovado no mês passado pelo Plenário do Senado. O texto classifica como qualificado o homicídio contra policiais e demais integrantes de forças de segurança e contra seus familiares. A pena vai de 12 a 30 anos de prisão. Também determina aumento de pena nos casos de lesão corporal.

## Confirmada criação de cargos e funções em tribunal de Goiás

A Lei 13.143/2015, que cria 198 cargos efetivos e 105 cargos em comissão e funções comissionadas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região, em Goiás, foi sancionada na segunda-feira. A proposta (PLC 32/2015), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), foi aprovada no Senado em junho.

A lei cria cargos efetivos para as áreas judiciária e administrativa e para atividades especializadas, principalmente em tecnologia da informação, para atender as exigências de informatização dos processos e o aumento do número de usuários. A criação dos cargos fica condicionada à expressa autorização na Lei Orçamentária Anual.

## Dilma sanciona Estatuto da Pessoa com Deficiência, mas veta cotas

A presidente Dilma Rousseff vetou uma série de dispositivos no Estatuto da Pessoa com Deficiência. O texto foi sancionado na segunda-feira em cerimônia no Planalto.

Foram vetadas a reserva de 10% das vagas em instituições de educação profissional e tecnológica e de ensino superior; a exigência de contratação, pela iniciativa privada, de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados da Previdência; e a adoção, em programas habitacionais, do “desenho universal” — concepção de ambientes que

podem ser usados por todos, sem necessidade de adaptação ou projeto específico.

O dispositivo que dava preferência às pessoas com deficiência no pagamento de precatórios foi rejeitado. Dois dispositivos vetados diziam respeito a veículos. O primeiro exigia que autoescolas oferecessem carro adaptado. O segundo ampliava os tipos de deficiência que permitem a isenção do IPI na compra de carro. Dilma vetou redução em 30% da pensão de pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Água potável**  
8h30 Comissão debate os desafios no abastecimento de água potável e define emendas à LDO 2016.
- CAS Historiador**  
9h Comissão analisa emendas à LDO 2016 e, em seguida, projeto que regulamenta a profissão de historiador e o que permite saque do FGTS em razão de doença grave, entre outros.
- CDR BNDES no exterior**  
9h Além de votar emendas à LDO 2016, analisa veto ao BNDES de financiar projetos no exterior, entre outros itens.
- CCJ Indicados para o CNJ**  
10h Comissão sabatina Luiz Cláudio Silva Allemand e Gustavo Tadeu Alkmim, indicados para o CNJ, e analisa pauta com 17 itens, como o que cria a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública e emendas à LDO 2016.
- CE Ministro da Educação**  
10h Debate interativo com o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).
- CDH Amamentação**  
11h Reunião analisa pauta com 20 itens, como o projeto que garante o direito de mães amamentarem seus filhos durante provas de concursos públicos. Em seguida, analisa emendas à LDO 2016.
- CONGRESSO Vetos presidenciais**  
11h Congresso Nacional analisa vetos de números 5 a 14, de 2015, e projeto que trata de crédito para o fundo Aerus.
- PRESIDÊNCIA Vetos e armas**  
11h Renan Calheiros preside sessão do Congresso; às 12h, recebe entidades de controle de armas; às 16h, preside a ordem do dia.

- CE Permanência universitária**  
14h Comissão vota, entre outros itens, projeto que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária. Logo após, aprecia emendas à LDO 2016.
- MP 676/2015 Aposentadoria**  
14h Comissão da MP que altera regras da aposentadoria elege presidente e vice.
- PLENÁRIO MPs 672 e 673**  
14h Na pauta, MPs sobre reajuste do salário mínimo e emplacamento de trator.
- MP 677/2015 São Francisco**  
14h10 Será definida a direção da comissão da MP que garante recursos à Chesf para projetos de energia elétrica.
- MP 678/2015 Licitações**  
14h20 A comissão da MP que estende para a segurança pública o Regime Diferenciado de Contratações define direção.
- CMA LDO 2016**  
14h30 Comissão define emendas à LDO.
- REFORMA POLÍTICA Campanhas**  
14h30 Comissão aprecia sugestão para reduzir custos de campanhas eleitorais.
- ESTATAIS Responsabilidade**  
14h30 Debate reúne indústrias e investidores do mercado de capitais.
- MP 679/2015 Imóveis nas Olimpíadas**  
14h30 Comissão sobre MP que permite uso de imóveis do Minha Casa, Minha Vida durante as Olimpíadas elege direção.
- PARLASUL Acordo com Paraguai**  
14h30 A representação brasileira aprecia acordo sobre circulação de pessoas.
- BELO MONTE Plano de trabalho**  
14h30 Subcomissão que acompanha obras de Belo Monte define ações.
- CPI Assassinato de jovens**  
15h30 Comissão analisa dois requerimentos de audiência pública.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Plenário deve votar hoje MPs que trancam pauta

Medidas provisórias tratam da política de reajuste do salário mínimo (com emenda que estende a regra a aposentados) e da liberação de licenciamento de máquina agrícola

FICOU PARA HOJE a votação das medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta do Senado. Foi o que informou o líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), após reunião de lideranças ontem à tarde.

O senador disse que vai se reunir com representantes do governo para encontrar uma solução para a MP 672/2015. A medida, além de manter as atuais normas para o reajuste do salário mínimo entre 2016 e 2019, estende essas regras para a correção dos benefícios da Previdência Social superiores ao mínimo. A mudança no texto original foi aprovada pelos deputados.

— Vamos conversar com a equipe econômica e encaminhar uma solução, discutindo com os demais líderes sobre como votar essa MP — afirmou Delcídio, acrescentando que a medida pode inviabilizar a Previdência e as contas do país.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), adiantou que o partido vai votar a favor do reajuste, mantendo a posição da Câmara. O senador disse que um aposentado que ganhava um valor maior há alguns anos

hoje recebe apenas o mínimo, perdendo poder aquisitivo:

— Tomamos esta posição. Não será a primeira vez que nós vamos votar esse assunto. Já é recorrente essa matéria.

A outra MP que tranca a pauta (MP 673/2015) isenta de licenciamento e de emplacamento as máquinas agrícolas. A medida, que perde a validade em 14 de agosto, muda também regras de trânsito. Dirigir na faixa exclusiva para transporte público coletivo passa de infração leve a gravíssima, com apreensão do veículo. Igualmente pode ser infração gravíssima o transporte pirata.

## Petrobras

Também hoje, segundo Delcídio, após a liberação da pauta deve ser votado o PLS 131/2015, que revoga a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal. O senador lembrou que o texto tramita com urgência, mas um acordo entre líderes adiou a apreciação, que estava prevista para a semana passada.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que o aumento para os servidores



Delcídio disse que vai se reunir com o governo e discutir com líderes a votação da MP 672, sobre correção de benefícios

do Ministério Público da União (PLC 41/2015) poderá ser votado hoje. Ele disse que vai seguir o mesmo procedimento do projeto de aumento do Judiciário, na semana passada:

— A matéria pode ou não ser retirada da pauta, para negociação. Se não for retirada de pauta, nós vamos apreciar.

Ao longo do dia, manifestantes ocuparam o gramado em frente ao Congresso pedindo a aprovação do aumento para

o MPU e para o Conselho Nacional do Ministério Público. O aumento para os aposentados, previsto na MP 672, também foi motivo de manifestações.

## Adolescentes

Não houve acordo sobre o PLS 333/2015. De José Serra (PSDB-SP), a proposta cria regime especial de atendimento socioeducativo no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a ser aplicado a

menores que praticarem, com violência ou grave ameaça, conduta prevista na Lei de Crimes Hediondos. Segundo Serra, “a grande maioria é a favor” da votação imediata do texto. Ele disse que as emendas constitucionais que alteram a idade penal deverão ser examinadas pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e não por uma comissão especial, como foi sugerido por outros senadores.

## Senadores aprovam embaixador e conselheiros

O Plenário do Senado aprovou ontem seis indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), duas para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o novo embaixador do Brasil no Equador.

Os indicados para o CNMP foram o promotor de Justiça Militar Antônio Pereira Duarte, os promotores de Justiça Orlando Rochadel Moreira e Fábio Bastos Stica e o juiz Sérgio Ricardo de Souza.

Também foi aprovada a recondução do advogado Walter de Agra Júnior e do promotor de Justiça Marcelo Ferra de Carvalho.

No caso do CNJ, foi aprovada a recondução de Fabiano Augusto Martins Silveira. Os senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiaram a aprovação de Silveira — indicado do próprio Senado para o CNJ.

Otto Alencar (PSD-BA) destacou o “saber jurídico” e Hélio José (PSD-DF) exaltou a competência do indicado.

Na mesma sessão, foi aprovada a indicação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para compor o CNJ. Trata-se de José Norberto Lopes Campelo.

Hélio José afirmou que Campelo é “competente e capaz”. Ciro Nogueira (PP-



Plenário do Senado durante sessão de ontem: nove indicações aprovadas

PI) disse que o indicado será “um grande conselheiro”. De acordo com Elmano Férrer (PTB-PI), Campelo é um “ilustre e renomado” advogado que vai engrandecer e qualificar o CNJ.

## Equador

O novo embaixador do Brasil no Equador será Carlos Alfredo Lazary Teixeira.

Durante sua sabatina, realizada em junho pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Teixeira reconheceu a relação comercial desequilibrada entre Brasil e Equador e disse que a participação de empresários em feiras e missões comerciais é fundamental para reversão deste quadro. Ele se dispôs a trabalhar ainda por uma maior aproximação entre os Legislativos e o meio acadê-

mico dos dois países.

O indicado também falou sobre o aumento na imigração para o Brasil, especialmente de haitianos. Muitos desses imigrantes são trazidos pelos chamados “coiotes”, que atuam no Peru e no Equador. Para o embaixador, o caminho não é impedir a entrada de haitianos no Brasil, e sim impedir que eles venham pelas mãos dos “coiotes”.

Em sua carreira, Carlos Alfredo Lazary Teixeira desempenhou funções como a de conselheiro em Buenos Aires, cônsul-geral-adjunto em Miami, chefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, ministro-conselheiro em Washington, assessor especial na Presidência da República e embaixador em Lima.

## Senado fará esforço concentrado de votações na próxima semana

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que a Casa fará um esforço concentrado de 13 a 17 de julho para a votação dos projetos sobre reforma política, pacto federativo e medidas provisórias.

Renan atendeu sugestão de Walter Pinheiro (PT-BA) para que as sessões de segunda, terça e quarta-feira sejam destinadas à votação dos projetos. A quinta seria reservada ao Congresso Nacional, para o exame de vetos e da Lei de

Diretrizes Orçamentárias (LDO), de cuja aprovação depende o início do recesso (de 18 a 31 de julho).

Pinheiro chamou a atenção ainda para a votação do veto à alternativa ao fator previdenciário. A regra 85/95 (aposentadoria integral quando idade e contribuição somarem 85 anos para mulheres e 95 anos para homens) foi aprovada com a MP 664/2014. Pelo regimento, o veto só poderia entrar na pauta em agosto, a não ser por acordo de líderes.

## Avança discussão de PEC que beneficia Nordeste e Centro-Oeste



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 78/2013, que amplia o prazo para que a União envie ao Centro-Oeste e ao Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação, foi submetida à terceira sessão de discussão em primeiro turno. A PEC tem como relator Walter Pinheiro (PT-BA) e faz parte da lista de projetos com votação prioritária apresentada pela Comissão de Aperfeiçoamento do Pacto Federativo.

Também avançou a discussão da PEC 71/2011, de Paulo Bauer (PSDB-SC), que permite a indenização a quem tem título de domínio de terras indígenas expedido até a promulgação da Constituição de 1988. O texto constará da ordem do dia da próxima sessão deliberativa, para a quarta discussão.

Foi aprovado requerimento de Rose de Freitas (PMDB-ES) para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reexamine a PEC 33/2012, que permite responsabilizar penalmente jovens a partir dos 16 anos.

# Comissão mista pede investigação sobre autoria de adesivo ofensivo a Dilma

Material, produzido como crítica ao aumento dos combustíveis, incita violência contra presidente. Grupo de parlamentares pedirá a Eduardo Cunha que inclua na pauta da Câmara projetos de proteção das mulheres

A COMISSÃO MISTA de Combate à Violência contra a Mulher fará uma moção de repúdio e pedirá investigações aos órgãos competentes sobre a fabricação e a comercialização de um adesivo que, a pretexto de protestar contra o aumento no preço dos combustíveis, faria a apologia da violência contra a presidente Dilma Rousseff.

O pedido, aprovado pela comissão, foi feito pela deputada Erika Kokay (PT-DF). Na opinião dos parlamentares que assinaram a moção, aprovada por unanimidade por governistas e opositores, o adesivo em questão “ofende não só a presidente, mas todas as mulheres”.

Também foi aprovada a formação de uma comissão que buscará se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, até amanhã para tentar colocar em pauta na Casa projetos sugeridos pela CPI mista. A prioridade será dada para a proposta que cria um fundo de combate à violência de gênero, que já tem o parecer pela aprovação.

A presidente da comissão mista, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), informou também que já solicitou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a relatoria da proposta que destina recursos oriundos de



Ao lado de Keiko Ota e Simone Tebet, Luizianne Lins fala na comissão mista

multas envolvendo processos que investigaram a violência contra mulheres totalmente para casas de acolhimento a essas pessoas (PLS 297/2013). Essa é a única proposta da CPI mista já enviada ao Senado após ser aprovada pela Câmara.

## Casa da Mulher

A comissão também decidiu fiscalizar e realizar gestões nos governos federal e estaduais, buscando mais agilidade na abertura e efetivo funcionamento das Casas da Mulher Brasileira. Até o momento, apenas duas unidades estão em funcionamento, em Brasília e Campo Grande.

Durante a reunião, a deputada Luizianne Lins (PT-CE), relatora, apresentou seu plano de trabalho para 2015. A sugestão de Luizianne para que seja criada uma subcomissão com o objetivo de atualizar a Lei Maria da Penha deverá ser votada na próxima reunião.

## Telmário repudia agressões nas redes sociais

Telmário Mota (PDT-RR) manifestou indignação diante dos ataques à presidente Dilma Rousseff nas redes sociais. Ele definiu as manifestações como “barbárie” originada de pessoas escondidas na “sombra do anonimato” e destacou o teor sexista dos ataques, considerando que constituem agressão a todas as mulheres. Ele lamentou que, apesar do esforço do Legislativo, as diferenças entre homens e mulheres ainda são profundas.

— É preciso lutar contra o preconceito, seja aquele construído social e historicamente, seja aquele de índole econômica.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Cássio afirma que governo “já acabou” e pede novas eleições

O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), pediu novas eleições para a Presidência. Para ele, o governo atual “mal começou e já acabou” e a solução para crise política seria uma nova decisão popular sobre a chefia do Executivo.

— O que nós estamos defendendo são, sim, novas eleições. Para respeitar o artigo 1º da Constituição, que garante que todo poder emana do povo, e fazer a concertação que o Brasil precisa para sair da crise.

Em resposta a declarações de Dilma, que classificou a oposição de “golpista”, Cássio disse que a presidente “mentiu” na campanha, e que isso pode ser qualificado como golpe.



Moneira Maniz/Agência Senado

## Viana avalia que encurtar mandato “na marra” é golpe

Jorge Viana (PT-AC) disse ser tentativa de golpe a defesa do afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República, que vem sendo feito por lideranças da oposição.

— O momento é de sensatez: encurtar o mandato da presidente Dilma, na marra, à força, é golpe. O PSDB está sujando a sua história quando faz coro, direta ou indiretamente, com a ideia de dar um golpe e encurtar o mandato da presidenta Dilma.

Segundo ele, o PSDB se arvorou a dar lição de moral ao PT, sem ter condições para isso, porque comprou votos para que o Congresso aprovasse a reeleição e agora se coloca contra a reeleição. O partido também estabeleceu o mensalão do PSDB, que está impune até hoje, disse.

## Vanessa diz que base aliada está unida contra afastamento

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), quem defende a democracia deve repudiar as tentativas, a qualquer custo, de afastamento do cargo da presidente da República, Dilma Rousseff.

Vanessa reconheceu haver uma crise política e econômica, mas a solução não está na quebra da ordem democrática, acrescentou. A senadora assegurou que os partidos da base aliada estão unidos contra qualquer tentativa ilegal de afastar Dilma do governo:

— Fica muito feio para a oposição, depois de 51 anos de imposição da ditadura militar, querer chegar ao governo a qualquer custo e de qualquer forma.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Cristovam: Planalto tem que reconstruir credibilidade

Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou preocupação com a governabilidade do país, citando o desajuste da economia e o risco crescente às instituições. Assinalou que a presidente Dilma está desacreditada e seu governo não reconhece os erros que cometeu. Além disso, segundo o senador, a falta de perspectivas pode conduzir o Brasil a caminhos “perigosos e arriscados”.

Ele cobrou um entendimento do Congresso com o Executivo para recuperar a credibilidade do governo.

— Ela tem que construir a credibilidade que perdeu e que perde cada vez que fala. Isso é que está sendo trágico. Essa entrevista de hoje [ontem] à *Folha* é um desastre para a instituição presidencial. Um desastre completo — afirmou.



Humberto Costa lê no Plenário nota em que PT critica “golpismo” da oposição

## Humberto critica ataques do PSDB, e Aécio nega golpismo

O líder do PT, Humberto Costa (PE), leu ontem no Plenário uma nota da bancada do partido no Senado afirmando que a conduta da oposição contra o governo Dilma Rousseff é uma tentativa de golpe. Foi uma resposta à nota do presidente do PSDB, Aécio Neves (MG), divulgada também ontem, em que o ex-candidato a presidente acusa Dilma de usar referências a golpes para inibir a ação das instituições e da imprensa.

— Se o PSDB, que se autodenomina um partido de oposição, em conluio com a imprensa, quer criminalizar o PT e seu governo no TCU por ações contábeis normais que sempre foram feitas em suas administrações, isso é golpe, sim — leu Humberto.

Segundo a nota, o PSDB tenta criminalizar doações feitas ao PT, mas recebeu valores maiores das mesmas empresas. O texto diz que foi o governo petista que garantiu condições para a Polícia Federal, o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União atuarem “com desembaraço” no combate aos desvios.

— O estado democrático de

direito não admite o uso cícnico, hipócrita e oportunista da moral de ocasião e a utilização despidorada dos “dois pesos e duas medidas”, como aconteceu no caso do mensalão do PSDB — prosseguiu.

Aécio Neves subiu à tribuna para responder. Ele mencionou a convenção nacional do PSDB, no último domingo, que o reelegera presidente nacional do partido, para afirmar que não há nenhum movimento pela saída da presidente Dilma.

— O PSDB não é e jamais querará ser protagonista de movimento de instabilidade da vida pública brasileira.

Segundo Aécio, o que o partido defende é a autonomia e a isenção das instituições, que estariam sendo “solapadas e constrangidas” pelo governo. Ele afirmou que o julgamento das “pedaladas fiscais” será feito pelo TCU e que as revelações de doações ilegais ao PT foram de “um antigo companheiro”.

— Não somos golpistas. Se a presidente tiver condições de cumprir o mandato, que o faça. Se não conseguir, não será por culpa da oposição. Será porque burlou a lei.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Segundo Agripino, presidente apelou para “vitimologia”

José Agripino (DEM-RN) comentou entrevista concedida pela presidente Dilma Rousseff ao jornal *Folha de S. Paulo*, publicada ontem. Para ele, a presidente apela para a “vitimologia” em seu discurso e demonstra desrespeito às instituições ao classificar contestações ao governo como “golpistas”.

— A presidente da República não pode se julgar acima das instituições. Ela não pode dizer “não vou sair”. Ninguém está falando que ela vai sair. O que ela não pode é deixar de responder aos inquiridos e às indagações que são feitas nas instituições, que são permanentes.



O presidente do colegiado, Jorge Viana, e o relator, Romero Jucá, na reunião de ontem: dos projetos aprovados, dois tratam do acesso dos partidos à propaganda de rádio e de TV e ao Fundo Partidário

## Nova eleição em caso de cassação vai a Plenário

Proposta é uma das quatro aprovadas até agora pela Comissão da Reforma Política. Todas serão analisadas em regime de urgência e já estarão na ordem do dia de amanhã

A COMISSÃO TEMPORÁRIA da Reforma Política aprovou ontem três propostas: duas delas restringem o acesso à propaganda partidária e ao Fundo Partidário e a terceira trata da realização de novas eleições no caso de perda de mandato em cargos majoritários. Os três textos — e também o PLS 430/2015, que muda regras para coligações, aprovado dia 1º — seguem ao Plenário em regime de urgência. O requerimento foi aprovado ontem e todas já deverão estar na ordem do dia de amanhã.

A primeira proposta acatada ontem (PLS 440/2015) disciplina o acesso dos partidos aos programas de rádio e TV. Pela legislação atual (Lei 9.096/1995), os partidos têm direito a um programa de 20 minutos em cadeia nacional

por semestre. Além disso, podem usar até 40 minutos, a cada seis meses, em inserções em redes nacionais e igual tempo em estaduais. A proposta aprovada na comissão acaba com o mesmo tempo para todas as legendas. A ideia é que o tempo seja proporcional às bancadas dos partidos na Câmara.

Segundo o texto, os partidos que elegerem de um a quatro deputados terão dois minutos de programa em cadeia nacional e quatro minutos de inserções nas redes nacionais e emissoras estaduais. Os partidos que elegerem de cinco a dez deputados terão cinco minutos de programa e dez minutos de inserções. Já os que elegerem mais de dez deputados terão 10 minutos de programa e 20 minutos de inserções.

Além disso, o texto estabelece

uma cláusula de desempenho segundo a qual o acesso ao tempo gratuito de rádio e TV dependerá da eleição de, ao menos, um representante em qualquer das Casas do Congresso (deputado ou senador).

Fátima Bezerra (PT-RN), que votou contra a proposta, acredita que a mudança é um retrocesso em relação ao sistema vigente. Segundo a senadora, a cláusula exclui a possibilidade de partidos pequenos, de perfil ideológico, apresentarem seus programas em cadeia nacional.

### Fundo Partidário

A segunda proposta (PLS 441/2015) também restringe o acesso à propaganda no rádio e na TV, mas traz regras para o direito aos recursos do Fundo Partidário. Esse fundo é formado basicamente

com recursos da União.

O texto estabelece que o acesso ao fundo será escalonado. Até 2018, terão direito a ele as legendas com diretórios permanentes em 10% dos municípios do país e mais da metade dos estados. Até 2022, os partidos devem ter diretórios permanentes em 20% das cidades e dois terços dos estados. A mesma norma valerá para o tempo em rádio e TV.

— Minha proposta inicial era mais rígida, mas foi apenas uma proposição para ser moldada, por isso definimos agora o escalonamento — explicou Romero Jucá (PMDB-RR), relator do colegiado.

A terceira proposta aprovada ontem (PLS 442/2015) prevê novas eleições se o eleito em cargo majoritário (prefeito, governador, senador e presidente)

for cassado ou perder o mandato por outro motivo. A proposta prevê que, havendo cassação de mandato transitada em julgado, haverá outra eleição desde que haja mais de seis meses para o término do mandato.

Presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC) se disse feliz com a aprovação das propostas. Segundo ele, são três itens que ajudam a clarear as eleições e fortalecem os partidos, além de darem satisfação à sociedade.

— Estamos procurando um entendimento com a Câmara, ouvindo o clamor das ruas e apreciando matérias que possam trazer mudanças substanciais na vida política e partidária do Brasil — afirmou.

A comissão volta a se reunir hoje para discutir proposta de redução do custo das campanhas eleitorais.

## Renan propõe discussão profunda sobre fim da desoneração

Em reunião com os líderes partidários ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, propôs que a Casa aprofunde a discussão sobre o projeto de lei apresentado pelo Executivo que retira a desoneração da folha de pagamento sobre 56 setores produtivos. Renan defendeu a votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 57/2015 somente depois do recesso parlamentar, em agosto. A matéria foi aprovada no dia 25 de junho pela Câmara dos Deputados e agora está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

A redução da desoneração da folha salarial faz parte do plano de ajuste fiscal elaborado pelo governo. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, foi contra estabelecer exceções, mas os deputados acabaram mantendo a desoneração para quatro setores: empresas de telecomunicações, transporte, call center e calçados. A estimativa é de que o fim da



Presidente do Senado (C) comandou reunião de líderes ontem. Ele se mostrou favorável à MP que visa proteger empregos

desoneração aumente a arrecadação do governo em R\$ 1 bilhão por mês.

O presidente do Senado defendeu um debate com o setor produtivo.

— Eu acho que é fundamental dar uma lógica à desoneração da folha. Você excluir uns poucos setores desfaz completamente a lógica do

planejamento, do interesse industrial, do custo da própria produção. É fundamental que o Senado, de uma forma madura, procure dar uma lógica à desoneração da folha — afirmou.

### Crise

Renan comentou a crise política e econômica enfrentada pelo governo Dilma.

— A democracia exige que nós convivamos com pontos de vista da maneira mais natural possível. E é fundamental que ela fale e participe desse debate público que a sociedade cobra que aconteça — defendeu.

O presidente do Senado destacou o papel do PMDB em apontar medidas que tragam a retomada do crescimento.

— Você não pode relativizar crises, minimizá-las. É importante colaborar institucionalmente construindo saídas. O PMDB tem sido ao longo dos tempos o pilar da governabilidade e ele quer colaborar para que nós tenhamos saídas corretas para o país.

Renan Calheiros comentou, ainda, a edição da medida provisória que cria o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e permite às empresas em dificuldades financeiras reduzir a jornada de trabalho e o salário dos funcionários, como alternativa à demissão do trabalhador.

Pela proposta, que terá que ser votada pelo Congresso, o governo complementa 50% da perda salarial durante o período máximo de 12 meses. O dinheiro virá do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

— Eu acho que essa medida é muito importante, é uma espécie de confissão da realidade — avaliou Renan.



Ronaldo Caiado e Valdir Raupp apoiaram o projeto de Blairo Maggi, que foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente

## Município poderá receber compensação em energia

Localidades que abrigam reservatórios de usinas hidrelétricas poderão passar a receber em energia metade da receita proveniente de compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos

MUNICÍPIOS QUE ABRI-GAM reservatórios de usinas hidrelétricas podem passar a receber em energia, e não mais em dinheiro, metade da receita decorrente da chamada Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. É o que sugere Blairo Maggi (PR-MT) em projeto (PLS 317/2011) aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

A proposta fixa ainda que a energia recebida seja aplicada em programas de geração de emprego e renda aprovados pelas câmaras municipais. Segundo o autor, o objetivo é estimular os municípios a planejarem uma política industrial “visando atrair indústrias com o incentivo de energia barata e até mesmo gratuita”.

— Ao terminar as obras [das hidrelétricas], os problemas sociais ficam no município e a energia vai para o Sul e o Sudeste. Com essa medida, os municípios abrangidos por hidrelétricas poderão fazer uma política de incentivo

industrial, doar ou reduzir o preço da energia, para o desenvolvimento da região.

Em vários casos, segundo o senador, a compensação financeira responde pela maior parte dos recursos do orçamento de municípios onde estão os reservatórios. O problema, a seu ver, é que o pagamento em espécie “tem sido fonte de uso ineficiente, quando não ilegal, dos recursos financeiros por parte de muitos prefeitos”.

Pelo texto, o novo sistema deverá ser aplicado às usinas que entrarem em operação após a publicação da lei que vier a ser aprovada. Os municípios que já recebem participação em dinheiro poderão optar pela continuidade do modelo.

Otto Alencar (PSD-BA), relator na CMA, é favorável à proposta:

— A energia que os municípios passarão a receber, como participação nos resultados, induzirá a implantação de parques industriais e, com isso, levará o desenvolvimento para mais de 700 municípios que hoje recebem a compensação

financeira.

Otto sugeriu emenda para suprimir do texto a isenção da compensação financeira para as pequenas centrais hidrelétricas, com capacidade entre 10 e 30 mil quilowatts, que iniciaram operação antes da Lei 7.427/1996. O projeto será submetido à decisão final da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

### Perdas de ativos

União e estados também compartilham com os municípios as receitas da compensação financeira. Do total arrecadado, 45% são destinados aos municípios atingidos pelos reservatórios e 45% são distribuídos aos estados. Os 10% restantes são repassados à União. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu que a medida prevista no PLS 317/2011 seja extensiva aos estados e anunciou que apresentará emenda com esse objetivo na CAE. Ronaldo Caiado (DEM-GO), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Jorge Viana (PT-AC) também apoiaram o projeto.

## Senado quer mais adesão a cadastro rural

Por sugestão de Jorge Viana (PT-AC), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) fará uma audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para tratar de medidas de incentivo à adesão de agricultores ao Cadastro Ambiental Rural (CAR).

O CAR é um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais que visa integrar informações referentes a áreas que devem ser mantidas com vegetação nativa, como as áreas de preservação permanente, de reserva legal e de uso restrito.

O cadastro detalha também as chamadas áreas consolidadas, que são os cultivos man-

tidos em áreas que deveriam ter vegetação nativa, mas que foram feitos antes de 2008 e poderão ser legalizados.

Além de possibilitar o planejamento do uso do imóvel rural, a inscrição no CAR é pré-requisito para inscrição no Programa de Regularização Ambiental e condição para acesso ao crédito rural e outras políticas públicas direcionadas ao campo.

Viana sugere que seja convidado para a audiência o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Raimundo Deusdará Filho.

Jorge Viana também é autor de outro requerimento aprovado ontem na CMA para uma audiência pública sobre

desafios e oportunidades da agenda ambiental brasileira. Ele sugere que seja abordada no debate a implementação do novo Código Florestal (Lei 12.651/12), a preparação da 21ª Conferência do Clima (COP-21), a ser realizada em dezembro, em Paris, e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O senador indicou para participar da audiência o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Carlos Afonso Nobre, e o chefe da divisão de Clima, Ozônio e Segurança Química do Itamaraty, Everton Frask.

## Avança incentivo para motorista de baixa renda

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta que direciona recursos do Fundo Nacional de Segurança de Trânsito (Funset) para financiar a obtenção de carteira nacional de habilitação (CNH) por pessoas com renda familiar mensal inferior a três salários mínimos.

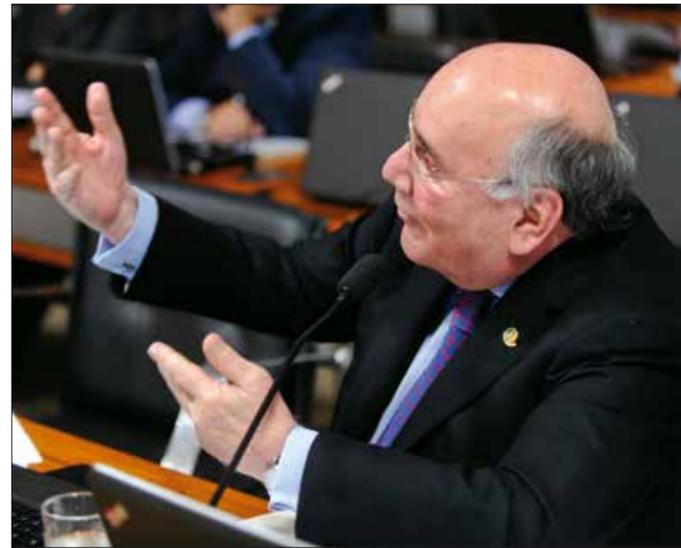
O projeto (PLS 50/2015), de Ângela Portela (PT-RR), dá prioridade às regiões e municípios com altos níveis de tráfego e acidentes de trânsito.

Ângela cita dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT) segundo os quais dezenas de milhares de postos de trabalho para condutores têm-se mantido ociosos no setor em decorrência da escassez de motoristas habilitados.

Segundo ela, os custos de obtenção da CNH impedem a qualificação por parte de pessoas de baixa renda.

Além disso, a senadora considera o processo de habilitação para conduzir veículos o mais importante meio de promoção da educação de trânsito. “Ao se habilitar, a pessoa tem efetivo contato com os fundamentos teóricos e práticos para o trânsito seguro”, afirma na justificativa do projeto.

Relatório de José Medeiros (PPS-MT), lido por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), recomendou a aprovação do projeto, que agora será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Parecer lido por Flexa Ribeiro apoia facilidade para tirar carteira de motorista

## Atuação da inteligência em grandes eventos terá debate

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência aprovou requerimento da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), presidente do colegiado, para avaliar a atuação do setor de inteligência em grandes eventos promovidos no Brasil nos últimos anos — em especial os Jogos Mundiais Militares, a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo de Futebol.

Também será debatido o papel da inteligência na segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, respectivamente, de 5 a 21 de agosto e de 7 a 18 de setembro.

— É uma perspectiva da organização, de como o Brasil está se preparando. Estamos vivendo momentos de tensões maiores e o debate sobre o terrorismo está exigindo a articulação de todas as inteligências do mundo, sobretudo dos países que terão suas representações aqui. Bem como um esforço de conhecimento da sociedade sobre os possíveis riscos

que a atividade de grandes eventos deve apresentar — observou.

Devem ser convidados para o debate representantes da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Ministério da Defesa.

Também foram aprovados outros requerimentos de Jô Moraes, que solicitou a alteração do tema de audiência pública, na terça-feira, para Reforma da Legislação Brasileira de Inteligência; a realização de seminário internacional sobre a atividade de inteligência no estado democrático de direito; e relatório do ministro de Segurança Institucional, José Elito, sobre as atividades de inteligência e contrainteligência desenvolvidas pelo respectivo órgão ou entidade do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin).

Os senadores e deputados aprovaram também a indicação de visita da comissão ao Ministério do Planejamento para tratar de concurso público da Abin.

# Governo quer tornar crime comércio irregular de prótese

Ministro da Saúde afirmou no Senado que enviará ao Congresso Nacional um projeto de lei que transforma esse tipo de negócio em estelionato e adiantou que dispositivos terão preço de referência

O GOVERNO MANDARÁ para o Congresso um projeto de lei para tipificar como crime de estelionato a comercialização fraudulenta de implantes. Também está prevista a criação de um registro nacional de implantes e de uma divisão no Ministério da Justiça encarregada de combater os crimes contra a saúde.

As medidas, que antes serão submetidas a consulta pública, foram anunciadas ontem pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro, durante uma audiência pública na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de crimes praticados por médicos, hospitais e fornecedores de próteses e órteses.

Chioro apresentou o relatório do grupo interministerial criado para propor medidas de reestruturação dos processos que envolvem a comercialização de dispositivos implantados no organismo por cirurgia.

O Ministério da Saúde também recomendará aos conselhos profissionais a uniformização do uso dos equipamentos, como forma de fortalecer a fiscalização sobre a atuação de médicos e dentistas.

— Estamos propondo medidas em cinco eixos: regulação sanitária, regulação econômica, regulação do uso, ações de aprimoramento da gestão do SUS [Sistema Único de Saúde] e proibições e penalidades — disse o ministro da Saúde.

Chioro informou que está prevista a criação de um preço de referência externo, o que possibilitará o monitoramento do mercado. O governo prevê ainda a distribuição de um manual de boas práticas para compra dos dispositivos.

Relator da CPI, Humberto Costa (PT-PE) disse que o diagnóstico apresentado pelo grupo interministerial pode ajudar a coibir práticas irregulares já identificadas pela comissão na

indicação e venda de próteses.

O presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, Angelo Amato, disse que a tecnologia dos equipamentos cardiovasculares é cara. Ele apontou uma “demanda reprimida fantástica” para o exercício da regulação desses equipamentos e disse que a iniciativa deve partir do governo.

O médico Marcelo Paiva Paes disse que a mercantilização da medicina deve virar crime, uma vez que o exame das infrações administrativas nos conselhos profissionais é difícil. Ele citou o envolvimento de empresas do Rio em irregularidades na comercialização de dispositivos e cobrou a elaboração de um marco legal que criminalize essas práticas e “traga de volta a dignidade da medicina”.

— O mercado não pode tudo, mas está determinando a formação do médico. Precisamos limitar o espectro danoso, mesquinho do que o mercado



O ministro Arthur Chioro e o senador Magno Malta durante a audiência

fez com a medicina — afirmou.

O presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, Marco Antonio Percope, defendeu a normatização dos dispositivos e sua precificação, como forma de

eliminar a acentuada diferença regional de preços.

A CPI das Próteses é presidida pelo senador Magno Malta (PR-ES) e tem como vice-presidente o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).



Otto Alencar, presidente da comissão, e Ataídes Oliveira, vice-presidente

## Comissão aprova política de combate à desertificação

A proposta que cria a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca foi aprovada ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA). O projeto agora vai para o Plenário.

Conforme o relator, Otto Alencar (PSD-BA), o objetivo do projeto (PLS 70/2007) é promover ações preventivas na região semiárida, suscetível à desertificação, para evitar práticas que resultem na degradação da terra.

O senador explica que já existe resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabelecendo uma política de controle da desertificação, mas as soluções para o problema demandam a criação de uma lei, em sua avaliação.

O texto é um substitutivo da Câmara ao PLS 70/2007,

do ex-senador Inácio Arruda, que estabelece princípios e objetivos da política e autoriza o Executivo a criar a Comissão Nacional de Combate à Desertificação. Essa instância será responsável por implementar ações e articular as iniciativas de órgãos federais, estaduais e municipais.

Segundo Otto Alencar, as áreas suscetíveis à desertificação no Brasil somam 1 milhão de quilômetros quadrados, em oito estados do Nordeste e em municípios do norte de Minas Gerais. Nessa região semiárida, diz ele, vivem cerca de 23 milhões de habitantes, em mais de mil municípios.

— É a maior população do mundo concentrada em uma região semiárida. É também uma região com extrema pobreza, em que mais de 50% da população depende de programas sociais.

## Avança texto sobre controle de remédios

Foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) um projeto que prevê prazo de dez anos para a implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, a partir do momento em que passarem a valer as mudanças sugeridas na proposta (PLS 276/2015).

A Lei 11.903/2009, que instituiu o sistema, previa a implantação em três anos,

o que não ocorreu devido à complexidade do modelo de rastreamento de medicamentos, explica o autor do projeto, Humberto Costa (PT-PE).

Com a definição dos novos prazos, o senador acredita que será possível a estruturação do sistema com o rigor necessário para coibir a circulação de medicamentos falsificados ou roubados.

O rastreamento adequado, afirma Humberto, permitirá um maior controle dos remé-

dios, desde a produção até a aquisição pelos consumidores finais.

Para que o setor tenha tempo suficiente para implantar o sistema, o senador propõe que o novo prazo seja adotado de forma escalonada.

O relator da proposta na comissão, Valdir Raupp (PMDB-RO), apoiou as mudanças na lei sugeridas pelo autor.

O texto agora vai para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Área de reserva poderá ir para hidrelétrica

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem um projeto que destina 14,4 hectares da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Emilio Einsfeld Filho, em Santa Catarina, para a implantação da Pequena Central Hidrelétrica Capão Alto, com capacidade de 10 megawatts (PLC

97/2013). A empresa responsável pelo empreendimento, que é proprietária da reserva, ficará obrigada a compensar a área destacada, que representa 0,2% do total da reserva.

Ao apoiar a proposta, o relator, Eduardo Amorim (PSC-SE), observou que a empresa destinará como compensação 29 hectares contíguos à reserva. Ele informou que a medida

recebeu parecer favorável dos órgãos ambientais.

A reserva foi criada em 2008, por decreto. Como se trata de unidade de conservação, só pode ter a área alterada por lei, o que motivou a apresentação do projeto, como explica o autor, o ex-deputado Onofre Santo Agostini. A usina, frisou ele, é de utilidade pública. A proposta vai para o Plenário.

## Isenção de imposto por preservação de mata

Poderá ficar isento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) o imóvel rural localizado às margens do Rio São Francisco e seus afluentes que mantiver mata ciliar conforme previsto no Código Florestal (Lei 12.651/2012). A medida está prevista no PLS 202/2015, de Otto Alencar (PSD-BA), aprovado

ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Com a desoneração, o autor do projeto quer incentivar a recuperação da vegetação, necessária à revitalização do rio.

O senador afirma que a revitalização é pré-requisito para a transposição das águas do rio: — Se não houver o envolvimento da sociedade, daqueles

que utilizam a água, dos proprietários às margens do rio, das nascentes e afluentes, não haverá revitalização. A isenção do ITR é para que os proprietários rurais tomem consciência de que estão levando o rio à morte.

O projeto será votado agora pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

# Senadores cobram avanço da banda larga no Norte

Governo disse, em audiência, que internet rápida é prioridade e que, apesar da crise, investimentos estão mantidos. Região amazônica deve receber 8 mil quilômetros de fibra óptica subaquática

O BRASIL FECHOU 2014 com 56,8% de domicílios conectados à internet (31,2 milhões), segundo o Ministério das Comunicações. Até 2018, o Programa Banda Larga para Todos pretende garantir a 95% da população acesso à internet rápida de qualidade por preço acessível e velocidade média de 25 megabits por segundo, chegando a 300 milhões de conexões fixas e móveis.

Essa realidade, porém, ainda está distante. Hoje a banda larga no país tem velocidade média de 5 Mbps, com cerca de 197 milhões de acessos móveis e fixos. A velocidade e o acesso são mais precários no Norte, conforme relataram ontem senadores na audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

— O Plano Nacional de Banda Larga está avançando, mas tenho sido insistente em relação ao Norte. A gente observa que a prioridade são sempre as regiões metropolitanas — disse Ângela Portela (PT-RR).

Telmário Mota (PDT-RR) endossou a crítica:

— Nós temos uma carência imensurável. Alguns municípios estão sem comunicação.

Para contornar o problema, o governo aposta na ampliação da rede de fibra óptica terrestre, no lançamento de outro satélite em 2016 (que começará a ser operado em 2017) e na instalação de 8 mil quilômetros de fibra óptica subaquática nos leitos dos rios da região amazônica.

— Os recursos para investimento do satélite, para aumen-

tar a capilaridade das redes de fibras ópticas e para o cabo submarino estão mantidos. Apesar das restrições fiscais no país, a banda larga é prioridade e não sofreu sanção — disse o presidente da Telebras, Jorge Bittar, em resposta a Lasier Martins (PDT-RS).

O secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Martinhão, acredita que avançar no acesso e na velocidade da banda larga é estratégico:

— Para a economia, existe um grande conjunto de estudos que diz que dobrar a velocidade média da internet, no país, pode acrescentar 0,3% ao PIB.

O debate foi sugerido por Walter Pinheiro (PT-BA) e presidido por Cristovam Buarque (PDT-DF).

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Audiência, presidida por Cristovam (C), debateu universalização da banda larga: meta é atingir 95% da população até 2018

## Programa Escola Interativa recebe elogios

Executado à margem das políticas do governo federal, o Programa Escola Interativa, da Prefeitura de São José dos Campos (SP), foi elogiado ontem por senadores em audiência pública feita na CCT para debater a política de universalização da banda larga.

O prefeito da cidade, Carlos José de Almeida, apresentou os resultados do programa, que visa equipar as salas de aula do município com projetores interativos, antenas wi-fi e servidor exclusivo; os professores, com notebooks; e os alunos, com tablets. Até agora, 238 salas já estão equipadas, mais de 15 mil alunos receberam tablets e 3,2 mil notebooks foram entregues a

professores. A meta é criar 600 salas de aula interativas nas 46 escolas de ensino fundamental até o fim de 2016.

— O que eu acho que se destaca é a capacidade que o professor tem de, no meio de uma aula, quando um aluno levanta um assunto do momento, imediatamente pegar um conteúdo dinâmico e trabalhar com os alunos — relatou o prefeito.

Aumentar a velocidade da banda larga nas escolas públicas, com integração das políticas para oferta de equipamentos de laboratório, conteúdos digitais e capacitação, é uma das recomendações aprovadas pela CCT em 2014, quando avaliou o Plano Nacio-

nal de Banda Larga (PNBL).

Para o presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), como em São José dos Campos, o quadro-negro deveria ser aposentado em todo país.

— Quadro-negro tem que ir para o museu, é como carruagem — disse Cristovam, que, ao elogiar o programa, ponderou que o município paulista tem renda superior à média do país.

Fátima Bezerra (PT-RN) defendeu a regulamentação de artigo do Plano Nacional de Educação que trata do sistema articulado de educação, que estabelece parcerias entre os governos federal, estaduais e municipais.

## Amorim questiona serviços de telefonia e internet

Eduardo Amorim (PSC-SE) reclamou que o serviço de telefonia móvel e de internet banda larga no Brasil é um dos piores e mais caros do mundo.

Sobre a qualidade dos serviços, ele contou que a velocidade da internet móvel no Brasil é de 1,8 megabites por segundo, bem inferior à de nações vizinhas, como

Paraguai, Uruguai e Venezuela. Além disso, o Brasil ocupa a posição de número 119 no ranking dos serviços de telefonia mais acessíveis do mundo, à frente apenas dos países mais pobres, como Haiti e Etiópia, informou o senador.

Segundo ele, as empresas



alegam que o serviço é caro por causa dos impostos.

— Pagamos muito por um serviço ruim. O acesso ao sistema de comunicação é mais do que um serviço pelo qual se paga caro. É um direito dos brasileiros, conforme a Lei Geral de Telecomunicações.

## Aprovado plano de trabalho para análise do Ciência sem Fronteiras

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem o plano de trabalho para a avaliação, em 2015, das políticas públicas voltadas à formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação. O relatório, que será apresentado no fim do ano, terá enfoque especial no Programa Ciência sem Fronteiras.

— A formação de recursos humanos é necessária para fazermos qualquer tipo de pesquisa ou obter conhecimento. Sem isso, não chegaremos a lugar nenhum. Não adianta prédio bonito, ele não faz pesquisa. A gente precisa é da mente humana — defendeu Omar Aziz (PSD-AM), responsável pelo relatório.

Conforme o plano de trabalho, serão feitas pelo menos três audiências públicas reunindo representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); representantes de universidades federais; e dos Ministérios do Desenvolvimento, da Defesa e da Saúde. Também serão pedidas informações aos órgãos ligados à execução do Ciência sem Fronteiras, como os Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Está prevista consulta ao Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar o monitoramento e a avaliação do programa, que já estão em andamento. Se for necessário, poderá haver ainda reuniões entre técnicos do Senado e das instituições responsáveis. Haverá também a análise da execução orçamentária, sob responsabilidade da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado.

O relatório prevê a elabo-

ração de pesquisa com beneficiários do programa para colher informações e, a partir daí, elaborar indicadores de avaliação de resultados. A pesquisa será feita em parceria com o DataSenado.

— Por meio do DataSenado, vamos fazer um apinhado de informações com os que fizeram o Ciência sem Fronteiras, para ver se [o programa] vale a pena e o que precisa ser melhorado, para então apresentarmos soluções — explicou Omar.

As audiências deverão ser marcadas após o recesso parlamentar, em agosto, disse o senador.

### Papel do Congresso

Em 2013, o Senado implantou o procedimento de avaliação de políticas públicas do Poder Executivo, uma medida que “complementa o papel fiscalizador do Congresso e fortalece o protagonismo do Legislativo em consonância com o Tribunal de Contas da União”, disse na época o presidente da Casa, Renan Calheiros.

Conforme a Constituição, as comissões temáticas da Câmara e do Senado têm a prerrogativa de avaliar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento. A prática visa tornar mais eficiente o gasto governamental e agregar mais transparência à administração pública. Os relatórios, aprovados pelas comissões ao fim de cada ano, são publicados e enviados ao ministério responsável pela política analisada.

Instituído em 2011, o Ciência sem Fronteiras concede a universitários e pesquisadores bolsas de estudo em cursos de graduação, pós-graduação e educação tecnológica em instituições de excelência no exterior. Também busca atrair ao Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros, em áreas definidas como prioritárias.



Omar, que fará relatório, frisou importância de investir em conhecimento

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Presidente da entidade, Murilo Portugal considera difícil que os bancos não repassem aos clientes o aumento de 15% para 20% da Contribuição Social sobre Lucro Líquido determinado pela MP 675

## Febraban diz que clientes pagarão por taxa mais alta

O PRESIDENTE DA Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal Filho, disse considerar difícil que o setor bancário não transfira para as tarifas o aumento dos custos gerado pela Medida Provisória 675/2015, que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) devida por instituições financeiras. Ele participou ontem de audiência pública na comissão mista que analisa a MP.

O executivo explicou que, apesar de a alta taxa de juros alavancar a lucratividade do setor, os bancos arcam com custos operacionais “à altura”, que elevam o *spread* — a diferença entre o custo de captação das instituições financeiras, ou seja, quanto pagam pelos recursos, e os valores cobrados dos clientes por empréstimos.

O aumento de tributos, disse, pode elevar o custo dos empréstimos e, portanto, restringir o acesso da população ao produto.

O deputado Afonso Florence (PT-BA) afirmou que o aumento da arrecadação do governo federal com a MP, estimado em R\$ 4 bilhões, ocorre em um momento crucial para as contas públicas.

Ele fez ressalvas à ideia de redistribuir o ganho em receita entre municípios e estados, como sugeriu a Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

— A federação precisa equalizar a distribuição de receitas, mas não é simplesmente fazer transferência de recursos. Não é a competição entre entes federados que vai resolver os problemas — sustentou.

Já o senador José Pimentel (PT-CE) disse que a receita

tributária do país diminuiu em relação ao produto interno bruto (PIB) desde 2010, fato que situa a atual carga tributária (da ordem de 34%) no mesmo patamar de 2002.

Para Murilo Portugal, a medida provisória cria uma diferenciação de tributação no setor financeiro que não tem justificativa na teoria econômica e na realidade.

— Há a impressão de que os bancos são o setor mais lucrativo, mas isso não é verdade do ponto de vista do capital investido ou no total de ativos do setor — disse.

Ele informou que, em 2013, o setor figurava em décimo lugar no ranking dos mais rentáveis, com 13% de lucro sobre o patrimônio líquido, atrás da indústria de cosméticos e mecânica, por exemplo.

Apesar de apoiar o ajuste fiscal, ele afirmou que os ajustes com redução de despesas são mais duradouros. No entanto, no curto prazo, o aumento da arrecadação pode ser mais eficaz, admitiu.

Como solução, apontou a possibilidade de aumento temporário da contribuição, de 2015 a 2018. Ao final do período, a alíquota voltaria ao patamar atual de 15%.

### Ajuste

O assessor de economia do Ministério do Planejamento Martim Cavalcante, por sua vez, defendeu a MP 675, considerada necessária ao ajuste fiscal, apesar de não garantir, por si só, o crescimento da atividade econômica.

Segundo ele, hoje o financiamento do gasto público, em ao menos 20%, tem sido feito por meio do aumento de tributação.

— Essa não é a única ini-

ciativa. Tivemos o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis e de cosméticos.

O gerente de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, se mostrou preocupado com o impacto da medida na vantagem competitiva da indústria nacional.

— Qualquer aumento de tributação acaba penalizando os setores produtivos e, no ponto final, o emprego. Qualquer medida de ajuste fiscal de longo prazo precisa ter estimativa do impacto na competitividade.

### Divisão

O secretário-executivo da Frente Nacional dos Prefeitos, Gilberto Perre, defendeu a repartição das receitas oriundas da MP entre municípios e estados.

A partilha, segundo ele, poderia seguir o modelo das transferências constitucionais dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

As receitas dos municípios cresceram, disse Perre, de forma desproporcional às despesas, que aumentaram de 7,21% para 13,71%, nos últimos dois anos.

O secretário-executivo da FNP expôs consequências negativas do aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados para os municípios: o número excessivo de carros, a queda na eficiência do sistema viário e o aumento dos custos.

Nessa perspectiva, sobra para as prefeituras o anúncio do aumento das passagens de ônibus e “a corda acaba arrebentando” para os prefeitos, criticou.

(Da Agência Câmara)

## Rejeitado limite para valor de estacionamento em shoppings

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer contrário ao PLS 87/2011, que fixa regras para a definição dos valores cobrados por estacionamentos em shopping centers, incluindo a intervenção do município na definição do preço máximo por hora.

O relator, Douglas Cintra (PTB-PE), considera que não se justifica a intervenção estatal na regulação da atividade. Para ele, o valor deve ser de livre escolha do administrador do shopping.

O projeto seguirá à Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde terá decisão final.



Lia de Paula/Agência Senado

Relator defende que preço do estacionamento não sofra intervenção estatal

## Indenização por atraso de voo pode se tornar obrigatória

A indenização a passageiros pelas companhias aéreas por atrasos em voos poderá ser obrigatória, caso o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) seja modificado como previsto no PLS 101/2015. O texto foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e vai à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de seguir à Câmara.

Hoje, o código prevê que, em caso de atraso acima de quatro horas, o transportador deve realocar o passageiro em outro voo ou devolver o valor da passagem. Pelo projeto, além disso, as companhias teriam que pagar indenizações que variam de 10% a 100% do valor da passagem.

O autor do projeto, Reguffe (PDT-DF), propõe para atraso superior a duas horas indenização de 10% do valor da passagem e, para atraso de mais de quatro horas, de

20%. Se for superior a 8 horas, sobe para 50% e, se passar de 12 horas, é de 100% do valor da passagem. As companhias não pagariam indenizações caso o atraso ou cancelamento ocorra por más condições meteorológicas.

Já para casos de atraso por mais de quatro horas em aeroporto onde o voo faz escala, o passageiro seria indenizado em 100%. Reguffe prevê ainda que as medidas propostas não impedem que o consumidor recorra à Justiça em caso de danos morais e materiais.

— O projeto tem por intuito garantir ao consumidor uma indenização independentemente de ele entrar na Justiça ou não. É um projeto que visa criar um regramento, pois as indenizações hoje variam muito, dependendo do juiz — ressaltou Reguffe.

O relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), apresentou voto favorável, lido por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

## Indicados os nomes dos integrantes da CPI da CBF

As lideranças partidárias indicaram os nomes dos titulares e suplentes para a CPI destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador da Copa 2014.

Foram indicados os senadores Humberto Costa (PT-PE), Zezé Perrella (PDT-MG), Ciro Nogueira (PP-PI), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Romero Jucá (PMDB-RR), Omar Aziz (PSD-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Davi Alcolumbre

(DEM-AP), Romário (PSB-RJ), Fernando Collor (PTB-AL), Lídice da Mata (PSB-BA) e Wellington Fagundes (PR-MT).

A composição leva em conta o cálculo de proporcionalidade das bancadas e partidos no Senado. O pedido de criação da CPI foi protocolado por Romário.

A comissão terá 180 dias para investigar possíveis irregularidades em contratos para jogos da Seleção Brasileira.



Comissão promove debate sobre a MP 675: aumento de taxa para bancos deve ter impacto em tarifas e empréstimos

# Barbosa e Adams explicarão “pedaladas fiscais”

Comissão fez convite para que ministro e advogado-geral da União esclareçam mecanismo que ajudou governo a fechar contas. Presidente do TCU também falará no Senado

O MINISTRO DO Planejamento, Nelson Barbosa, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Aroldo Cedraz, deverão participar nesta semana de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para falar sobre as “pedaladas fiscais”. A expressão é usada para designar os artifícios contábeis utilizados pelo Executivo para melhorar as contas públicas em 2013 e 2014. O convite para a audiência, sugerido por Acir Gurgacz (PDT-RO), foi aprovado ontem.

A audiência, que poderá ocorrer amanhã pela manhã, deverá também ter a presença do procurador do Ministério Público no TCU, Júlio Marcelo de Oliveira, e do auditor do tribunal Antônio Carlos d'Ávila. O requerimento para a audiência com Oliveira e d'Ávila, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), havia sido aprovado anteriormente pela CAE.

O presidente da comissão, Delcídio do Amaral (PT-MS), anunciou que manterá contato com os convidados a fim de



Os senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira conduzem a reunião em que a comissão decidiu ouvir autoridades do Executivo sobre as “pedaladas fiscais”

viabilizar a audiência amanhã, por considerá-la “uma oportunidade para o completo esclarecimento das denúncias”.

De acordo com o TCU, ao adiar repasses para instituições como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES), o Tesouro obrigou esses bancos públicos a usarem recursos próprios para honrar despesas que eram da União.

De acordo com Tasso, a ação configura empréstimo das instituições a seu controlador — nesse caso, a União

—, o que é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por solicitação de Marcelo Crivella (PRB-RJ), a CAE aprovou também uma audiência, em data a ser definida, sobre o endividamento da Petrobras com os entes federados.

Deverão ser convidados

o presidente da Petrobras, Aldemir Bendine, a diretora-geral da Agência Nacional de Petróleo, Magda Chambriard, os secretários da Fazenda do Amazonas, Afonso Lobo, e do Rio de Janeiro, Julio Bueno, e o ex-prefeito de Coari (AM) Igson Monteiro.

## Ana Amélia critica fim de incentivo ao setor industrial

Ana Amélia (PP-RS) se disse perplexa com o projeto que retira a desoneração da folha de pagamento em setores de grande potencial de geração de empregos (PLC 57/2015).

A senadora sugeriu a continuidade das desonerações em troca do compromisso da manutenção dos empregos.

— O Senado tem a obrigação de tratar das desonerações de forma justa e equilibrada, para que o setor industrial não demita. Esta Casa precisa fazer ajustes no projeto das desonerações se quiser preservar empregos e manter a produção industrial ativa.



Marcos Oliveira/Agência Senado

## Flexa condena diminuição de jornada e salário

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse estar indignado com a MP que permite a redução de salários. Pelo texto (MP 680/2015), empresas em dificuldades poderão diminuir em até 30% a jornada dos trabalhadores, com redução proporcional dos salários.

O governo alega que a medida protegerá empregos. Para o senador, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) vem sendo dilapidado pelo PT, que emprestou dinheiro do fundo a juros baixos a outros países.

— E quem fica prejudicado, evidentemente, são os trabalhadores brasileiros. Com as contas no vermelho, como o governo garantirá a complementação dos salários da classe trabalhadora?

## Servidor da Suframa precisa de reajuste, afirma Gladson

Gladson Cameli (PP-AC) defendeu a derubada do veto presidencial ao artigo da lei que trata da reestruturação salarial dos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Por causa do veto, os servidores estão paralisados há mais de 40 dias e isso prejudica os comerciantes e os transportadores, disse o senador.

Alternativamente ao veto, a categoria pede que o governo apresente uma proposta.

— É uma questão de justiça. Os salários dos servidores dessa autarquia estão entre os piores da administração pública federal.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Blairo registra festa tradicional em Cuiabá

Blairo Maggi (PR-MT) registrou a realização da Festa de São Benedito, tradicional evento de Cuiabá. Além das celebrações religiosas e culturais, o evento tem finalidade beneficente, com arrecadação de donativos e fundos para projetos sociais da Igreja, segundo explicou o senador.

— O ideal dessa festa une a todos num mesmo sentimento de auxiliar os que necessitam, melhorando a sua expectativa de vida, revivendo a sua fé — afirmou o senador.

Em 2015, a Festa de São Benedito completou 118 anos de realização. De acordo com o parlamentar, mais de 100 mil pessoas compareceram aos quatro dias de festividades na capital mato-grossense.

## Bauer opina sobre redução da maioria penal

Paulo Bauer (PSDB-SC) chamou a atenção para possíveis consequências da redução da maioria penal em outras esferas da vida dos infratores.

O senador defendeu projeto dele que retarda para 21 anos de idade a prática e o exercício de certos direitos caso o menor de 18 anos seja condenado por ter cometido algum ato infracional.

Com isso, esses menores não poderão tirar a carteira de motorista, votar, firmar contratos, prestar concursos ou tirar passaporte enquanto tiverem menos de 21 anos, explicou Paulo Bauer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Grupo de trabalho formado por conselheiros, sindicalistas e servidores terá 90 dias para sugerir medidas para fortalecer conselho que julga recursos da Previdência Social

# Órgão de recursos ao INSS deverá ser alterado

A REESTRUTURAÇÃO DO Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) foi reivindicada por participantes de audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Para os convidados, o órgão deve ter uma presença maior no país, indo além das 29 atuais juntas de recursos.

Foi também cobrada a eliminação das discrepâncias salariais existentes entre servidores das juntas e das câmaras de julgamento. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, Sandro Alex Cezar, foi um dos convidados que reclamaram:

— Como se pode ter um trabalhador ganhando praticamente a metade do que outro, realizando a mesma função?

O CRPS julga os processos administrativos referentes a pedidos de revisão de decisões do Instituto Nacional da Previdência Social (INSS) que afetam segurados e empresas. Antes de recorrer aos tribunais, o segurado pode entrar com pedido para revisão de qualquer benefício, como reavaliação do valor da aposentadoria ou auxílio-doença.

Além das 29 juntas, existem quatro câmaras de julgamento e o Conselho Pleno, sediados em Brasília. De gestão tripartite, os órgãos são integrados por representantes do governo, dos trabalhadores e das empresas. São 106 conselheiros nas câmaras de julgamento e 525 nas juntas de recursos. Atuam no apoio 570 servidores, dos quais 270 requisitados



Paulo Paim conduz reunião: sistema de recursos tem Conselho Pleno, 4 câmaras de julgamento e 29 juntas de recursos

do INSS, que têm os melhores salários, na faixa de R\$ 8 mil.

Outros 167 são servidores do Ministério da Previdência Social, cujos salários seriam a metade desse valor. Pedro Luiz Vicznevski, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, também lamentou o congelamento, por oito anos, dos jetons pagos aos conselheiros.

## Indicações

Dirigentes das centrais sindicais também questionaram a forma de indicação dos conselheiros das juntas de recursos. Alegaram que sindicatos com baixa representatividade indicam pessoas distantes dos interesses dos trabalhadores. O representante da Central Única de Trabalhadores (CUT) no Conselho Nacional da Previdência Social, Valeir Ertle, sugeriu que as indicações sejam feitas pelas centrais sindicais, e não pelos sindicatos.

— Não podemos permitir que escritório que advoga para um sindicato previdenciário fique indicando conselheiros nas juntas de recurso — disse.

Na mesma linha, o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Evandro Morello, apontou a situação de “vulnerabilidade institucional” nas juntas, por não se saber quem cada conselheiro representa.

Os participantes também condenaram o desconhecimento da sociedade sobre as funções do CRPS. Pedro Luiz Vicznesky, por exemplo, cobrou um trabalho de divulgação institucional para que soluções dos conflitos sejam mais valorizadas.

— O recurso administrativo é um modo de garantir mais justiça ao segurado, mas falta divulgação e o que temos é uma obscuridade total.

Ao fim do debate, ficou acertado que um grupo de trabalho estudará uma nova modelagem para o CRPS, com representantes das centrais, conselheiros e servidores. Dentro de 90 dias, uma proposta será entregue ao presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), que dirigiu a reunião, sugerida por ele.

## Mudanças

Paim anunciou que fará o que estiver ao seu alcance para viabilizar as mudanças necessárias no CRPS, abrindo diálogo com o Ministério da Previdência. Para ele, as juntas e câmaras de julgamento precisam ser fortalecidas.

— Assim poderemos ajudar os trabalhadores que fazem desses espaços sua última esperança de não ficar na mão dos advogados da indústria da Previdência — justificou.

O senador também endos-

sou o pleito de valorização do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

O vice-presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, Moacir Meirelles, que antes havia cobrado a inclusão de representante dos aposentados nesse conselho, lembrou que a representação quadripartite já é prevista em lei.

O secretário-executivo-adjunto do Ministério da Previdência Social, José Eduardo de Lima Vargas, ressaltou a importância do CRPS. Ele explicou que se trata de órgão estratégico que, por sua composição diversificada, favorece acordos para a solução de demandas no campo previdenciário.

Dirigindo-se aos servidores, aproveitou para solicitar propostas para aperfeiçoamento do conselho, e não apenas críticas.

O presidente do CRPS, André Veras, descreveu a estrutura e funções do órgão. Ele informou que, em 2014, o conselho julgou mais de 400 mil recursos e destacou a redução de gastos: o custo final de um processo no CRPS sai por R\$ 526,32; se a demanda for ao Judiciário, sobe a R\$ 2.369,73.

Omar Aziz (PSD-AM) aproveitou o debate para cobrar atenção do INSS na estruturação das agências no seu estado. Ele afirmou que hoje há carência de pessoal, enquanto o órgão está para inaugurar quatro novas unidades.

— Não adianta inaugurar prédios se não há funcionários — criticou o senador.

## Sindicatos defendem novas regras para aposentadoria

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) ouviu ontem representantes de entidades sindicais, que reivindicaram o fim do fator previdenciário e novas regras de aposentadoria. Eles também pediram a aprovação, sem mudanças, da Medida Provisória 672/2015, que está na pauta do Plenário do Senado.

A proposta, na forma como foi aprovada na Câmara dos Deputados, estende às aposentadorias e pensões a fórmula de reajuste do salário mínimo. A MP repete para os próximos anos as atuais regras de reajuste: variação do INPC do ano anterior mais crescimento do PIB apurado dois anos antes.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), defendeu a aprovação da medida, que deve ser votada no Plenário amanhã.



Aposentados acompanham a audiência sobre recuperação do poder de compra

— O Senado já votou, seria uma incoerência total o Senado agora não votar uma emenda, que vem da Câmara dos Deputados, que vai assegurar simplesmente o direito de termos uma política salarial definitiva para os aposentados

que ganham mais que um salário mínimo — afirmou o senador.

Valeir Ertle, secretário-adjunto de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT), disse que, se não passar a aplicação

da regra do salário mínimo às aposentadorias, é preciso definir outro critério para garantir o poder de compra dessas pessoas:

— A inflação do idoso não é a mesma inflação do trabalhador normal. Tem a questão dos remédios, do plano de saúde, que encarecem muito mais para um idoso e aposentado. Não dá para cada vez ficar mais achatado.

O presidente do Sindicato dos Aposentados, Idosos e Pensionistas da União Geral dos Trabalhadores (Sindiapi-UGT), Natal Leo, pediu a elaboração de uma política para os aposentados, nos moldes do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, do Ministério do Trabalho.

— Por que não temos uma política nacional de aposentadoria decente? É vergonhoso o que se faz com o aposentado brasileiro — disse Leo.

## Paim: reajuste não terá impacto imediato

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que não haverá nenhum impacto imediato nas contas públicas em razão do reajuste das aposentadorias e pensões superiores ao salário mínimo incluído pelos deputados na medida provisória que estende a política de reajuste do mínimo até 2019.

Isso porque, segundo ele, o reajuste seria pela inflação do ano anterior, como já ocorre hoje, mais a variação do PIB de dois anos anteriores. Como o crescimento do PIB tem sido pífio por causa da crise, o aumento seria zero, afirmou.

Apesar disso, aprovar a proposta é importante porque, segundo Paim, isso significa que, quando houver crescimento econômico, aposentados e pensionistas terão aumento.

# Comissões definem prioridades para LDO 2016

Rios, tecnologia social e micros e pequenas empresas são foco de emendas apresentadas pelas Comissões de Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia e de Assuntos Econômicos

TRÊS COMISSÕES DO Senado definiram ontem suas prioridades ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 (PLN 1/2015).

Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a recuperação e a preservação de bacias hidrográficas estão entre os temas aprovados. A sugestão é de Otto Alencar (PDD-BA) e de Romero Jucá (PMDB-RR).

Os senadores observam que a falta de política de preservação de recursos hídricos tem resultado na “morte” dos rios em muitos municípios do país, sendo urgente o planejamento e a implantação de programas para promover o reflorestamento nas margens, a conservação do solo e a educação ambiental, entre outras ações.

Conforme relatório apresentado por Eduardo Amorim (PSC-SE), a comissão também definiu como prioridade a fiscalização do desmatamento e a promoção de modelos produtivos rurais sustentáveis, por sugestão de Romero Jucá e Lídice da Mata (PSB-BA). Os senadores alertam para a necessidade de fiscalização da atividade florestal, para coibir o desmatamento ilegal e a exploração de áreas protegidas, e sugerem incentivos ao planejamento e à gestão de recursos naturais nas propriedades rurais.

Em seu relatório, Amorim acolheu ainda 24 emendas de texto de autoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

## Tecnologia para inclusão

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou relatório com 51 emendas ao projeto da LDO — 47 delas de inclusão de metas e 4 emendas ao texto.

O relator, José Medeiros (PPS-MS), aglutinou o texto das sugestões de vários senadores para apresentar as três



Recuperação de bacias hidrográficas foi considerada urgente pela CMA: falta de políticas resulta na morte de rios em todo o país, avaliaram senadores

emendas de inclusão de metas a que a comissão tem direito e que devem se referir a ações constantes das leis orçamentárias de 2014 e 2015. Elas se destinam a ações de apoio à extensão tecnológica para inclusão social e desenvolvimento sustentável; projetos de inclusão digital; e transferência de tecnologias para a agropecuária.

Medeiros também acatou quatro emendas de Cristovam Buarque (PDT-DF) para alterar o texto da LDO. A primeira prevê que a aquisição de bem e a extinção de obrigação com a entrega de títulos da dívida pública dependerão de prévio empenho e do reconhecimento da receita de operação de crédito.

Outra determina que o documento final do relator da lei deverá conter análise prospectiva do impacto de curto (1 ano), médio (5 anos) e longo prazo (20 anos) das decisões orçamentárias

da LDO sobre as principais variáveis macroeconômicas da economia e da sociedade, como geração de emprego, redução da pobreza, taxas de crescimento, capacidade de inovação, competitividade e vulnerabilidade externa.

A terceira emenda determina que, na elaboração da lei orçamentária, o Executivo deverá avaliar inicialmente as propostas relativas a educação, saúde e ações voltadas para crianças de zero a 6 anos, que deverão ter prioridade e não serão objeto de limitação de empenho.

A última emenda pede precedência na alocação de recursos e execução para áreas que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social.

## Análise de impacto

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a prioridade apontada para o projeto da LDO foi o apoio às

micros e pequenas empresas, ao desenvolvimento industrial e aos arranjos produtivos locais. O relatório foi apresentado pelo senador José Pimentel (PT-CE).

A comissão também aprovou a recomendação de que o relatório final da LDO contenha uma análise do impacto de curto, médio e longo prazos das decisões orçamentárias contidas na proposta de lei sobre as variáveis macroeconômicas e sobre a sociedade brasileira.

A CAE acolheu ainda a sugestão (semelhante à aprovada pela CCT) de que, na elaboração do projeto orçamentário para 2016, o Executivo deverá avaliar inicialmente as propostas relativas à educação, à saúde e às ações voltadas às crianças de zero a 6 anos, “áreas que deverão ter prioridade na alocação dos recursos”.

# Aprovado uso de restos a pagar para emendas parlamentares

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem proposta (PLN 4/15) que permite o uso dos restos a pagar de anos anteriores a 2014 para emendas parlamentares individuais feitas até o fim de 2014. A proposta altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015 (Lei 13.080).

Segundo o Ministério do Planejamento, a alteração apenas esclarece que os restos a pagar podem incluir anos anteriores a 2014 e a medida não tem impacto orçamentário.

Pela LDO, o governo deve pagar as emendas parlamentares individuais correspondentes a pelo menos 1,2% da receita corrente líquida (RCL) do exercício anterior, dos quais 0,6% podem ser atingidos com restos a pagar. A redação atual da LDO, porém, sugere que isso só valeria para restos inscritos em 2014.

O relator, deputado Nilto Tatto (PT-SP), defendeu a aprovação.

— A medida é necessária e oportuna diante do montante de restos a pagar derivados de emendas individuais que podem ser cancelados caso não seja promovida a alteração — alertou.

Restos a pagar são despesas empe-



Líderes da CMO reunidos: restos a pagar de anos anteriores poderão ser usados para emendas de 2014

nhadas (reservadas no Orçamento), mas não pagas dentro do exercício financeiro, ou seja, até 31 de dezembro.

Existem R\$ 5,96 bilhões em restos a pagar de emendas parlamentares individuais de 2014 (R\$ 3,96 bilhões) e de anos anteriores (R\$ 2 bilhões).

A Emenda Constitucional do Orçamento Impositivo (EC 86/2015) já prevê o uso dos restos a pagar de anos anteriores, mas o texto da LDO não tinha ficado claro nesse ponto.

Tatto acatou apenas uma das seis

emendas apresentadas ao projeto. A mudança aprovada, do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), garante para 2015 as regras do piso de investimentos para a saúde vigentes antes da Emenda Constitucional 86, que trouxe novas regras para aplicação de recursos da União para o setor.

Segundo Moreira, a promulgação da emenda tirou a validade da Lei Complementar 141/2012, que estabelecia o piso para a saúde de acordo com o gasto do ano anterior mais a variação

do produto interno bruto (PIB).

— Ficamos em 2015 com um vazio, sem o mínimo para os gastos com a saúde — disse.

O deputado Izalci (PSDB-DF) tentou incluir um dispositivo para que as emendas individuais de parlamentares que não têm mais mandato fossem executadas conforme as regras do orçamento impositivo, mas o texto ficou de fora do projeto.

— É um indicativo de que o acordo com o ministro [Eliseu] Padilha não será cumprido. Para cumprir o acordo, precisávamos dessa emenda — criticou Izalci.

De acordo com o deputado Zeca Dirceu (PT-PR), o acordo feito pelo ministro da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha, para a execução de emendas não previa a aprovação da mudança.

Ontem à tarde, Padilha se reuniu a portas fechadas com integrantes da Comissão Mista de Orçamento para negociar a votação do PLN 4/2015. A proposta poderá ser incluída na sessão do Congresso Nacional marcada para hoje, às 11h.

(Da Agência Câmara)